

AUTOCENSURA E RESISTÊNCIA ENTRE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: RELATOS DE PESQUISA¹

*SELF-CENSORSHIP AND RESISTANCE AMONG PUBLIC TEACHING PROFESSIONALS IN THE
MUNICIPALITY OF SÃO PAULO: RESEARCH REPORTS*

 <https://orcid.org/0009-0008-3252-6863> Bruna Santos Sartori^A

 <https://orcid.org/0000-0002-3672-6781> Salomão Barros Ximenes^B

^A Secretaria Municipal de Educação (SME), São Paulo, SP, Brasil

^B Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, SP, Brasil

Recebido em: 2024 | Aceito em: 03 junho. 2024

Correspondência: Bruna Santos Sartori (bruna.sartori17@gmail.com)

Resumo

O artigo aborda os desafios e resistências enfrentados pelos profissionais do magistério no município de São Paulo diante da onda conservadora que afeta a educação pública, apresentando resultados de pesquisa de caráter qualitativo, com técnicas da abordagem etnográfica, juntos a profissionais do magistério público do município de São Paulo. O objetivo é investigar os efeitos das proposições políticas ideológicas neoconservadoras nas práticas escolares. A pesquisa se justifica pela crescente tentativa de censura a professores(as), pela desvalorização dos profissionais da educação e pelo fortalecimento das ideias conservadoras, fenômeno transnacional discutido na literatura e com impactos destacados na política educacional e no direito à educação. Como resultados identificamos práticas escolares de autocensura por receio de constrangimentos e de censura no âmbito da própria comunidade escolar. Os temas em geral mobilizados nesses fenômenos estão ligados às pautas democráticas de direitos humanos na educação, como direitos de mulheres e da população LGBTQUIA+, educação para a saúde sexual, combate ao racismo e história dos períodos autoritários no Brasil. Concluimos que apesar de disseminadas, tais práticas compõem um cenário de grandes disputas na sociedade brasileira, nas quais emergem possibilidade de resistências, alianças e práticas que preservam vivo o sentido democrático e transformador da educação.

Palavras-chave: Neoconservadorismo. Direito à Educação. Profissionais do Magistério. Liberdade de ensino. Município de São Paulo.

Abstract

The article discusses the challenges and resistance faced by teaching professionals in the municipality of São Paulo in the face of the wave of conservatism affecting public education, presenting the results of qualitative research, using ethnographic techniques, with teaching professionals in the municipality of São Paulo. The aim is to investigate the

¹ Trabalho resultante de pesquisa de mestrado em políticas públicas, junto à Universidade Federal do ABC (UFABC), com apoio institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



2024 **SARTORI; XIMENES**. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

effects of neo-conservative ideological political proposals on school practices. The research is justified by the growing attempt to censor teachers, the devaluation of education professionals and the strengthening of conservative ideas, a transnational phenomenon discussed in the literature and with prominent impacts on educational policy and the right to education. As a result, we identified school practices of self-censorship for fear of embarrassment and censorship within the school community itself. The themes generally mobilized in these phenomena are linked to democratic human rights agendas in education, such as the rights of women and the LGBTQIA+ population, sexual health education, combating racism and the history of authoritarian periods in Brazil. We conclude that despite being widespread, these practices make up a scenario of major disputes in Brazilian society, in which possibilities of resistance, alliances and practices emerge that keep the democratic and transformative sense of education alive.

Keywords: Neoconservatism. Right to Education. Teaching professionals. Freedom to teach. Municipality of São Paulo.

Introdução

Recentes trabalhos vêm destacando o fenômeno da restauração conservadora no Brasil e em distintos países, entendendo-a como uma reação organizada que articula atores políticos do campo religioso cristão e atores políticos não religiosos em contraposição a avanços obtidos por movimentos sociais igualitários e antidiscriminatórios (BIROLI; CAMINOTTI, 2020; CORRÊA, PATERNOTTE, KUHAR, 2018; ZAREMBERG, TABBUSH, FRIEDMAN, 2021). Este fenômeno político é definido sob o conceito de neoconservadorismo e está articulado a movimentos políticos de desdemocratização, entendidos como limitação progressiva das liberdades e corrosão dos ambientes de debate político (BIROLI, VAGGIONE, MACHADO, 2020; BROWN, 2019). Outros trabalhos vêm destacando a relação e os efeitos desses fenômenos no direito à educação e nas políticas educacionais (CARREIRA; LOPES, 2022; CORRÊA, XIMENES, 2022; CUNHA, 2016; 2023; FELDFEBER, 2020; GLUZ, RODRIGUES, ELÍAS, 2021; OLIVEIRA, 2020; FRAGO, 2012).

Apesar da diversidade de casos em cada país e em cada contexto subnacional, a literatura tem destacado a centralidade da noção de “ideologia de gênero”, definida como uma estratégia transnacional que tem permitido a articulação e o avanço de coalizões conservadoras. Destacam-se nessa estratégia as táticas de juridificação reativa, com a promoção de legislações de censura nos parlamentos, de judicialização e perseguição ao trabalho docente, como parte das mobilizações antigênero no campo da educação (CORRÊA, 2018; CORRÊA, PRADO, 2022; JUNQUEIRA, 2022; MISKOLCI, CAMPANA, 2017).

Nessa conjuntura, os confrontos sobre o conteúdo da legislação, das políticas e das práticas educacionais nas escolas se tornam terrenos prioritários para o ativismo moral conservador em sua estratégia de coesão política e de re-hierarquização das posições de classe, raça e gênero. Com o uso das noções de “ideologia de gênero” e de “doutrinação política” esses grupos têm obtido vetos à curricularização da abordagem de gênero, à educação sexual e ao reconhecimento prático dos direitos da população LGBTQIA+. Tais mobilizações remontam, no Brasil, aos vetos impostos ao programa Escola sem Homofobia, lançado em 2010, e mais intensamente à eliminação do enfoque de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) e nos planos estaduais e municipais aprovados entre 2014 e 2015, momento em que o denominado movimento “Escola sem Partido” passa a disseminar

legislações de censura política e antigênero (MOURA, 2016; PENNA, 2017; FRIGOTTO, 2018, SARTORI, 2021), algumas das quais já declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelos tribunais locais (XIMENES, SENA, MOREIRA, 2022).

No município de São Paulo, foi apresentado em 2017 o Projeto de Lei n. 222, de autoria do vereador Fernando Holiday, que objetiva incluir no sistema municipal de ensino o programa “Escola sem Partido”. Apesar das tentativas de inclusão em pauta na legislatura anterior, a proposição segue em tramitação, sem data para votação (MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 2017).

A literatura sobre a atuação legislativa dos movimentos neoconservadores, no entanto, tem demonstrado que os esforços de juridificação reativa têm, além do sentido formal de aprovação de normas jurídicas que estabeleçam proibições legais, uma dimensão de censura simbólica às questões relacionadas a gênero, sexualidade, raça e crítica às desigualdades sociais. Isso significa que a eficácia simbólica da censura pretendida pelos movimentos conservadores opera mesmo quando não há lei ou regulamentação aprovada, em razão do efeito inibidor provocado pelo próprio debate legislativo e pela rotina de perseguições e denúncias perpetrada por tais movimentos e seus representantes nos poderes representativos (COOK; HEILMANN, 2012; DORA, VARELLA, 2022; HAYES, 2007).

Conforme coletado na pesquisa que dá base a esse trabalho, a autocensura é uma realidade entre os profissionais do magistério paulistano, ainda que nenhuma legislação formalmente aprovada limite o exercício de suas liberdades acadêmicas conforme definidas na Constituição (artigo 206, inciso I) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 9.394/1996). Mesmo sem Lei aprovada, as ideias que perpassam o conjunto dos projetos de lei inspirados do “Escola sem Partido” chegam com força às escolas no discurso de famílias, estudantes, professores e representantes políticos.

Nesse sentido, Sartori (2021) após analisar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional sintetiza três principais ideias: i) neutralidade do professor, que envolve a concepção de neutralidade do Estado e da própria educação, ressignificando a relação professor-aluno e escola-família; (ii) ideologia de gênero que incorpora uma concepção heteronormativa de família, sociedade, indivíduo e a relação destes temas com a escola; e (iii) precedência da família em matéria de educação, devendo os conteúdos escolares se submeterem aos valores morais privados.

Feita essa introdução com o enquadramento teórico e analítico da temática de

pesquisa, o artigo passa a apresentar o escopo e a metodologia da pesquisa de campo sobre os desafios e resistências enfrentados pelos profissionais do magistério no município de São Paulo diante da onda conservadora que afeta a educação pública. Em seguida, os resultados da pesquisa são apresentados, aprofundando-se sua descrição em subseções relacionadas aos efeitos nas práticas docentes, aos episódios de perseguição e assédio e às dinâmicas de autocensura produzidas no cotidiano das escolas. Ao final, o material é analisado à luz do enquadramento teórico apresentado, apontando-se indicações para se pensar a construção de políticas públicas de proteção às liberdades acadêmicas e à autonomia relativa das escolas de educação básica, direitos fundamentais que integram o núcleo do direito humano à educação no sistema jurídico-constitucional brasileiro (XIMENES, 2014; 2016).

Sobre a pesquisa

A pesquisa que dá base a este artigo tem caráter qualitativo e exploratório, com o objetivo de documentar o efeito da atuação de movimentos neoconservadores e da ideologia a eles associada no cotidiano dos profissionais do magistério público do município de São Paulo. Para isso, utilizamo-nos de técnicas mistas e da abordagem etnográfica, articulando aplicação de questionários físicos e remotos aos profissionais da educação, entrevistas de aprofundamento, coleta de relatos de informantes e observação-participante em eventos que mobilizaram o magistério público paulistano, como o Congresso do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Simpeem), cursos de formação promovidos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e debates públicos sobre a temática.

Tal abordagem tinha como propósito alcançar maior fidedignidade e profundidade das informações coletadas, já que se receava que a adoção de um caminho de pesquisa excessivamente estruturado poderia produzir receios nos participantes, dada a própria temática da pesquisa que por si já mobiliza receios e retração, conforme se apresentará a seguir. Além disso, compreendemos que as práticas escolares abrangem diversas atividades realizadas pelos professores, tanto em sala de aula quanto fora dela, envolvendo aspectos como discursos, conteúdos, projetos, relação aluno-professor e a interação com a comunidade, aspectos dificilmente captáveis em uma única abordagem. Por precaução, todas as interações com os informantes foram conduzidas fora do ambiente escolar e os relatos em questionários e comunicações codificados. Referências indiretas também têm como fonte o caderno de

campo, no qual informantes e escolas não foram individualmente identificados.

Também utilizamos a técnica bola de neve² para recolher informações e concepções de profissionais da educação da rede paulistana no Congresso do Simpeem e a partir de diversos contatos realizados neste evento, além de profissionais conhecidos da pesquisadora ao longo dos meses, alguns dos quais se disponibilizaram a conceder entrevistas de aprofundamento ou a enviar informações complementares por email. A coleta, realizada com o auxílio de diário de campo entre outubro de 2019 e maio de 2020, foi adaptada com a eclosão da pandemia de Covid-19. Apesar desse grave fenômeno, entendemos que o material coletado, como se poderá verificar na seção de análise dos resultados a seguir, alcança o objetivo anunciado ao captar o fenômeno em um momento crucial da história recente do país, com graves e persistentes efeitos sobre as políticas educacionais.

Censura, autocensura e resistências no cotidiano de profissionais do magistério público paulistano

Nesta seção analisamos os resultados das respostas aos questionários e às entrevistas, além das informações coletadas na observação junto aos referidos eventos e escolas, junto aos(as) profissionais do magistério público paulistano. Em relação aos questionários, estes foram respondidos por 63 (sessenta e três) professores(as) e 6 (seis) supervisores(as).

Entre professores(as), diante da questão se já haviam passado por uma situação de serem questionados em função do tratamento de temas considerados polêmicos em sala de aula, 43 (quarenta e três) afirmaram que não e 19 (dezenove) que sim, enquanto um participante não respondeu a questão. Já quando a pergunta é sobre se algum colega do(a) professor(a) foi objeto de questionamento pelo mesmo motivo, o resultado é positivo em 34 (trinta e quatro) respostas, negativo em 28 (vinte e oito), com uma omissão de resposta em um caso.

Entre supervisores(as), 4 (quatro) entrevistados afirmam ter atuado em ao menos algum caso de professor(a) que sofreu constrangimento por tratar temática considerada polêmica, enquanto 2 (dois) responderam negativamente a esse quesito. Entre os que responderam positivamente, perguntou-se a temática tratada, tendo sido indicado: questões de gênero (2 casos), eleições presidenciais (1 caso) e militares e ditadura no Brasil (1 caso).

² A amostragem de bola de neve é um processo de coleta de informações que tira proveito das redes sociais de entrevistados, em que um entrevistado leva a outro(s) sucessivamente, até o ponto de saturação. É em geral utilizada com fins exploratórios, sendo útil na sistematização de fenômenos ainda não consolidados em pesquisa.

Além disso, perguntou-se qual encaminhamento foi dado ao caso, em todos eles o relato indicou defesa dos(as) educadores(as) vítimas de constrangimento, em síntese: “Atendi o pai, que se queixava de que na escola o filho estava sendo incentivado a brincar com bonecas. A gestão teve a iniciativa de chamar o pai para uma conversa” (S01); “Conversamos com a família e explicamos o Currículo da Cidade.” (S03); “Defesa do professor, por se tratar de tema da atualidade é importante para o desenvolvimento da cidadania.” (S05); “Conversamos sobre a escola democrática e reflexiva, os tempos atuais e conseqüentemente as ações que afetam a população.” (S06).

A seguir passamos a sistematizar as respostas aos questionários aplicados a professores(as) em três eixos temáticos que abordam distintos efeitos percebidos da incidência neoconservadora no cotidiano das escolas: práticas docentes, constrangimentos e assédios e concepção docente.

Efeitos nas práticas docentes

Registrou-se que a maior parte dos participantes diz que continua trabalhando nas escolas e com pessoas fora delas os temas considerados polêmicos, alvo de questionamentos. Essa prática continua quando acham necessário ou julgam importante a temática, pois segundo eles integram o cotidiano dos estudantes, levando em consideração a opinião política destes. Há os que relatam que até mesmo aprofundaram ainda mais o debate sobre tais temáticas apesar da conjuntura conservadora, nesse sentido: “sim, trabalho questões polêmicas mesmo sabendo da possibilidade de perseguição política e assédio” (P43); “em uma situação que venha a surgir naturalmente na sala ou relacionado ao próprio conteúdo onde exista uma oportunidade, sempre fomento o debate político” (P51). Um profissional que exerce a função de direção escolar também respondeu que trabalha as questões políticas e polêmicas, como em reuniões pedagógicas, reconhecendo, no entanto, que faz isso “com cautela” (P22).

A continuidade do trabalho, mas com cautelas adicionais e recuos, é o sentido geral percebido nas respostas sobre essa temática. Segundo relatos, um mecanismo utilizado é a abordagem de temas polêmicos quando respaldados no Currículo da Cidade, na apostila do aluno (Caderno da Cidade) e nos livros didáticos.

Mas não são desconsideráveis os relatos no sentido de que alguns temas foram

deixados de lado, por receio, medo da comunidade e até mesmo de colegas. Nesse sentido, alguns poucos relataram que pararam de abordar estes temas, inclusive questões de racismo, por receio e falta de apoio da gestão escolar. Outros trabalham “na medida do possível” (P45), por estarem na sala de recursos (que atende estudantes com deficiência) ou abordam pouco temas considerados polêmicos por estarem na educação infantil.

Os temas listados como polêmicos pelos(as) professores(as) são variados, foram citados: gênero, sexualidade, escola laica, questões étnicorraciais, política brasileira, luta de classes, opressões, racismo, drogas, hegemonia política e hegemonia branca europeia, dominação territorial cultural, direitos reprodutivos e aborto, homofobia, religiões, intolerância religiosa, machismo e feminismo, exclusão social, marginalização, genocídio, políticas públicas, LGBTfobia, eleição presidencial, diferenciação de conceitos científicos e religiosos, direitos humanos, divisão de renda, corrupção, impostos, saúde, educação, segurança e retorno para a sociedade após prisão, falta de investimento público nos setores públicos, Escola sem Partido, família não tradicional, movimentos sociais, modelo tradicional educacional e pedagógico, revoluções, ditaduras, escravidão, origem do universo e da vida terrestre, teoria da evolução e meio ambiente.

Constrangimentos e assédios

As mudanças nas práticas docentes e escolares por receio à perseguição promovida sistematicamente pelos grupos neoconservadores está relacionada a relatos de interferências nos temas tratados em aulas, promovidas por famílias de estudantes, que em alguns casos pressionam indiretamente a gestão escolar ou a Diretoria Regional de Ensino, nesses casos chegando aos professores; pelos próprios estudantes, por iniciativa própria da gestão escolar e até mesmo por outros professores da escola. Por parte dos estudantes, foram relatadas situações em que os mesmos veiculavam posições das famílias: “Uma aluna me disse: meu pai falou que vocês (professores) só contam a versão que vocês querem. Meu pai disse pra eu não cantar essa música. Era uma aula sobre ditadura militar e a aluna se recusou a cantar a música "Apesar de Você" que tinha passado no caderno” (P38). Esta docente encaminhou a situação da seguinte forma:

Como professora, respeitei a posição da aluna e dei mais uma aula com depoimentos de quem sofreu pelo regime militar. Na minha aula dei voz (por meio de vídeos) aos torturados da ditadura. Tentei de alguma forma fazer com que a aluna que me

questionou (e os demais) entendesse que a ditadura existiu e foi um regime político que feriu a dignidade de muitas pessoas. (P38)

Em algumas situações, os estudantes utilizam os argumentos usualmente advindos das ideias e movimentos conservadores. Nos relataram tentativa de tumulto de aula por parte de aluno classificado como “bolsonarista”³, casos de estudantes acusando a professora de promover partidos de esquerda, de ser “doutrinadora”⁴ e até mesmo relato de uma mãe que solicitou à coordenação pedagógica para que seu filho não assistisse mais as aulas de determinada professora por esta ter passado um filme com um garoto homossexual.

Alguns respondentes do questionário aproveitaram a ocasião para relatar alguns casos que foram registrados no diário de campo. Um deles contou que foi questionado pela mãe de um estudante por ter abordado um tema considerado polêmico em sala de aula e ela ameaçou processá-lo. Ele, receoso, no momento não sabia se isso tinha sido realizado, mas relata que na ocasião se defendeu utilizando a legislação vigente.

Uma professora relatou que passou por uma situação de constrangimento no ano de 2018, em que uma mãe identificada como apoiadora de Bolsonaro, então candidato à presidência, ameaçou denunciá-la na DRE (Diretoria Regional de Ensino) pois havia sido abordado o tema do aborto em sala de aula. Neste caso, pelo relato, a gestão escolar ficou ao lado da professora. Outro professor aproveitou a ocasião para falar que esperava que o resultado da pesquisa não fosse o que ele estava pensando, perguntei se ele estava pessimista com a situação da rede e ele confirmou. Duas outras professoras me disseram terem sido constrangidas por uma mãe identificada como evangélica porque abordaram os temas de identidade de gênero (professora de Ciências) e religiões africanas (professora de Geografia).

No depoimento deste participante no questionário é feito um contraponto com a experiência vivenciada na rede privada e levantadas questões relevantes, principalmente sobre a necessidade de se defender institucionalmente a educação pública, com profissionais concursados e com estabilidade no emprego, além da defesa de formação continuada e coletiva nas escolas:

Houve várias situações [na rede pública]. Nenhuma delas ocorreu como em um colégio particular que trabalhava. Neste colégio, um pai de aluno, coronel da Polícia Militar, foi questionar a minha avaliação onde pedia a reflexão dos alunos sobre o suposto termo de homofobia que Bolsonaro havia dito (alguns anos antes de se

³ Referência aos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022).

⁴ Alusão depreciativa comumente mobilizada pelos movimentos de perseguição e censura a docentes.

tornar presidente). Entre outras coisas semelhantes. Acabei sendo demitido. Na prefeitura já fui questionado por alguns alunos, sobretudo quando trabalhava com o ensino médio, sobre a importância de falar sobre o assunto ou que o que [o professor] dizia era uma visão, e eles estavam certos nos questionamentos. Em nenhum momento me senti coagido como ocorreu na [escola] particular. Com exceção de uma vez, na reunião de pais, uma mãe veio me dizer que eu falei que pobre não tinha futuro. Sendo que eu citei Milton Santos quando ele diz que o pobre não tem passado, presente e apenas potencialmente futuro. Mas isso é resultado de uma falha no processo de comunicação minha com a aluna. (P09)

Os constrangimentos coletados no questionário se deram em reuniões de pais, nas salas de aulas, entre professores questionando o trabalho de outros professores em reuniões pedagógicas, em situações em que a gestão pressionava para que não se trabalhassem certos temas e casos de famílias tentando intimidar os profissionais.

Uma família, segundo o relato declaradamente evangélica, foi até a escola criticando a professora de Ciências, “que não queria a filha tendo aula de diversidade, pois iria virar ‘sapatão’ e isso não era ‘coisa de Deus’” (P11). A mesma família também teria questionado outro professor, por este estar falando sobre religiões de matriz africana. Esta mesma professora relata que conduziu a atividade denominada Trabalho de Conclusão Autoral (TCA) com os alunos de nono ano de sua escola e os estudantes escolheram o tema aborto e sua abordagem de ordem moral e religiosa, tendo como resultado a apresentação de medidas políticas como sugestão para tratar este problema público, conforme orientação expressa da SME para este projeto. Segundo o relato, apesar do amparo nas orientações da própria SME, a situação desencadeou uma briga entre os professores por conta do tema, tendo sido encaminhada, segundo a professora, com muito apoio da direção e da coordenação pedagógica, que por sua vez se apoiaram na legislação vigente e no Currículo da Cidade na defesa da adequação pedagógica da abordagem escolhida.

Nesse sentido, foi relatado outro questionamento de familiar sobre a importância de se abordar o tema do aborto, visto que sua filha teria ficado constrangida com a forma como a temática foi tratada; também foram relatados casos de famílias que questionaram o fato de seus filhos brincarem de boneca ou assistirem a um filme de animação indígena, neste caso, acusando a professora de abordar religião na escola; também casos de estudantes que questionaram a professora por abordar o surgimento dos planetas pela perspectiva científica. Houve dois relatos de, durante o período das eleições presidenciais vencidas por Bolsonaro, famílias ameaçando o professor por ser comunista, também um relato de estudante ameaçando a professora com a promessa de que chamaria o pai e o vereador Fernando

Holiday para ir à escola. Vereador do município de São Paulo, eleito pela primeira vez para a legislatura 2017 – 2020 e reeleito para a legislatura 2021 – 2024. Holiday foi coordenador nacional do Movimento Brasil Livre (MBL) e ganhou destaque por promover invasões às escolas públicas com o argumento que estaria fiscalizando denúncias de “doutrinação”. Em 2017, o secretário municipal de educação Alexandre Schneider posicionou-se contra esta prática e em defesa das escolas e dos professores⁵.

Antes disso, em 2016, o então presidente da Câmara Municipal de São Paulo e, posteriormente, prefeito municipal Ricardo Nunes (vice-prefeito eleito em 2020 que assumiu a prefeitura com a morte de Bruno Covas, em 2021, com mandato até 2024), havia notificado a Escola Municipal Amorim Lima para que esta suspendesse a realização de uma atividade denominada Semana de Gênero “sob pena de providências imediatas e contundentes junto aos órgãos de fiscalização e controle, com a responsabilização daqueles diretamente envolvidos” (UOL NOTÍCIAS, 2016, *online*). Neste caso, a escola respondeu à notificação com o apoio de dezenas de organizações acadêmicas e sindicais, decidindo manter a realização do evento apesar das ameaças.

Retomando nossa análise dos questionários, em outro caso relatado por professora, mas em relação à sua atuação na rede estadual de São Paulo, a gestão escolar a teria constrangido e perseguido, afirmando que ela não poderia abordar temas fora do currículo; o desfecho, segundo ela, foi uma séria conversa entre as partes que culminou em “negociação e arquivamento” (P25).

Segundo a maioria dos relatos, no geral, as gestões escolares encaminharam a situação de forma a promover o diálogo e a elucidação para as famílias sobre a necessidade de abordar os temas questionados a partir do plano de trabalho do professor, inclusive se apoiando no Currículo da Cidade, no Projeto Político-Pedagógico – PPP e na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (em um caso relatado), documentos utilizados para sensibilizar os questionantes sobre o fato de não se tratar de escolha exclusiva do professor mas de temáticas obrigatórias pelas normativas. Somente em uma minoria de casos foi o(a) próprio(a) docente implicado(a) quem contornou diretamente a situação com a família, ou ainda direção não encaminhou de forma a promover o diálogo entre as partes.

⁵ “Fernando Holiday está invadindo escolas públicas em São Paulo”, 05/04/2017, do site Pragmatismo Político: <
<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/04/fernando-holiday-esta-invadindo-escolas-publicas-em-sao-paulo.html>>.

Houve no entanto um relato segundo o qual a gestão atuou como mais um agente de perseguição, ao constranger ou mesmo assediar o docente ao registrar advertência em livro oficial da escola, sob o argumento de que teria sido tratado sexualidade na sala de aula. Em alguns relatos não há o apoio da gestão escolar ao docente, mas também não há encaminhamento com o argumento das situações terem ocorrido em sala de aula. Em outro caso relatado, aponta-se que a gestão apoiou o estudante que, segundo o professor, tumultuou a aula de Geografia que “não poderia tratar de outros temas” (P50). Em outro caso relatado, a coordenadora pedagógica da escola teria ficado na porta da sala de aula de uma professora assistindo a aula, até que surgiu um tema considerado político e ela interveio dizendo que não poderia ser discutir em aula.

Em outro caso relatado, durante o segundo turno das eleições de 2018, alguns alunos do nono ano de uma escola começaram a questionar a abordagem da ditadura militar na aula de História de uma professora. Segundo o relato, tratava-se de um grupo de cinco alunos que se organizavam e defendiam a ditadura militar, a tortura, usavam o símbolo do nazismo nas mãos, na lousa, defendiam o candidato Bolsonaro e eram homofóbicos outros alunos e com outro professor que se reconhecia homossexual. No caso, a escola chamou os pais para conversar, tendo explicado o significado dos símbolos nazistas reproduzidos pelos alunos.

A maioria dos respondentes apontou conhecer algum profissional que foi questionado em suas práticas pedagógicas por tratar de temas considerados polêmicos, como cultura e religiões de matrizes africanas, gênero, orientação sexual, educação sexual e até reforma da previdência. Os principais canais de questionamento se dão via reclamação junto às DRE e às direções escolares, chegando aos professores por esta via. Ou seja, conforme constatado, a prática tanto possibilitou o tratamento político-pedagógico das questões mobilizadas, no caso em que as estruturas de supervisão e direção se colocaram em favor da liberdade acadêmica dos educadores e da autonomia relativa das instituições escolares; como também resultou, em um número não desprezível de relatos, em situações em que o questionamento das famílias e dos estudantes foi recepcionado pelas instituições, configurando-se situações de perseguição e potencial assédio institucional. Também se destaca nos relatos, neste contexto, as situações em que os professores evitam tratar assuntos ou adotar abordagens pedagógicas potencialmente polêmicas, sob o critério da ideologia conservadora.

A autocensura no cotidiano

Em geral, os professores concebem a abordagem em sala de aula de temas tidos como polêmicos nos últimos anos como algo muito desafiador, por conta da onda conservadora. Foram relatados casos de receio na preparação das atividades e contenção em se adotar certas práticas pedagógicas, objetivando não haver perseguição das famílias ou mesmo de alguns colegas de trabalho, além da precaução quanto à possibilidade tida como real de filmagens de suas aulas e postagem nas redes sociais. Segundo entendem, a minoria dos estudantes estaria predisposta a questionar os professores, ainda assim isso os colocaria como potenciais vítimas de “armadilhas” (P55), seja por orientação dos responsáveis ou influência das redes sociais.

Também há forte presença da percepção de aumento da tensão no ambiente escolar e dificuldade ao abordar temas tidos como conflitivos, por medo de represálias, de taxados como doutrinadores na comunidade e nas redes sociais. Com isso, perde-se em possibilidades de trabalho escolar. Segundo um respondente, até filmes de ficção ou documentários deixam de ser veiculados aos estudantes para evitar conflitos. Em outros casos, atividades escolares comuns passam a ser assumidas como atos de resistência, sempre passíveis de perseguição e censura.

Há uma tensão em relação à liberdade de expressão, liberdade de cátedra. A ideia de uma vigilância e mesmo a forma com que algumas famílias têm se colocado diante dos temas considerados polêmicos têm gerado insegurança entre os professores, um certo medo. Eu busco falar de tudo sem pensar muito nisso e fazer o que acredito ser importante e necessário. (P14)

Noutro relato, a participante afirma que em sua escola os temas são abordados e o protagonismo dos estudantes é estimulado como parte de uma estratégia pedagógica aberta aos questionamentos, com a realização de oficinas em que “discutimos tudo”. Segundo ela, os temas devem ser enfrentados para responder aos anseios dos próprios estudantes, pois já têm acesso a eles pelas mídias e pela internet. Para ela, de forma geral a sociedade vem discutindo mais abertamente sobre estes conteúdos. No entanto, no relato também percebe-se o tom de resistência provocado pela censura:

É necessário falar sobre esses temas mesmo encontrando resistências, não podemos desistir. Tenho encarado como uma missão debater assuntos polêmicos em sala de aula. Mas confesso, tenho medo e receio de algo acontecer, afinal, o lado sempre estoura para o lado mais fraco. Precisamos nos preservar, mas ao mesmo tempo manter nossos posicionamentos. (P16)

Há relatos que demarcam o agravamento deste quadro a partir dos anos de 2017 e

2018, quando as temáticas de direitos humanos, cidadania, saúde sexual, história etc., já potencialmente sensíveis, passaram a ser frequentemente objeto de perseguição e reclamação, com destaque para o agravamento no período prévio e durante as eleições presidenciais de 2018. Houve apontamentos de medo nas equipes escolares durante aquele período, em especial pelo receio aos temas relacionados a gênero e sexualidade. Apesar disso, coletou-se relatos sobre esforços em sustentar tais agendas e a opinião de serem necessárias nos currículos, apesar do receio disseminado de que ao abordá-las a censura acabe se impondo.

Vejo como um retrocesso na educação, pois os jovens muitas vezes não tem com quem falar sobre esses temas. E a escola é um local público de política, como aplicar o que diz o currículo da cidade [de São Paulo], colocando o aluno com um protagonista de suas ações, se não ‘podemos’ falar de temas polêmicos, que somos condenados, mal interpretados? (P62)

Os participantes que se colocam em defesa da necessidade de manutenção ativa das temáticas e abordagens tidas como polêmicas, em geral apontam a si como parte de uma minoria, quando a maioria fica “presa a manter em dia o conteúdo do componente curricular” (P62), quando muito tratando os temas sensíveis de forma superficial, parcial ou confusa, com receio de posicionar-se: “A impressão que tenho é que as pessoas que são comprometidas politicamente continuam fazendo, as que faziam de forma tímida, para tratar conteúdo, acharam um bom motivo para não fazer mais.” (P17).

O efeito das redes sociais e da disseminação de discurso de ódio contra os professores também é percebido como um dos motivos das posturas de autocensura:

O aumento de fake news e dos discursos agressivos por parte de lideranças políticas e pessoas públicas em geral têm estimulado discursos de ódio e intolerância na população, bem como a dificuldade em refletir e discutir ideias quando o outro pensa diferente. Isso tem resultado em uma espécie de censura velada, prejudicando de forma significativa os trabalhos de professores dentro das escolas, que se veem de algum modo impedidos de estimular o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. (P14)

Dois participantes dos questionários apresentaram que estes debates são “inculcação de agendas ideológicas” (P20) ou “desnecessários” (P44). Apesar disso, é comum o relato de que há um clima de cerceamento, enfraquecimento dos professores, ataque às liberdades democráticas e silenciamento das minorias nas escolas. Novos tabus, riscos, censura, timidez, cautela, perigo de constrangimento, preocupação e melindre são termos que surgem nas interlocuções, em síntese: “Sinto a censura e autocensura pairando por todas as escolas”

(P34). Tal contexto parece resultar em uma perda de capacidade técnica e pedagógica dos professores:

Com preocupação. Sinto muitos colegas e equipe gestora melindrados. E isso por dois motivos. O primeiro deles é o válido, embora cruel, receio de perder o emprego, isso na rede privada é de saltar à vista, já na pública nem tanto; e o segundo deles é a insegurança relacionada à formação. Agimos como se não tivéssemos fundamentação científica para nos contrapormos a pressões políticas. (P56)

Sinto que alguns assuntos tornaram-se novamente um tabu. Falar sobre sexualidade, gênero e direitos humanos tornou-se um desafio e, em algumas situações, tornou-se arriscado. Não me sinto mais confortável em trabalhar com essas temáticas, porém tento mantê-las em minha prática. Os alunos tornaram-se nossa censura e, para eles, falar sobre direitos humanos é ser esquerdista ou petista. Bastante triste. (P07)

O ponto relacionado à autopercepção dos professores sobre sua capacidade e formação foi debatido com um grupo de respondentes durante o Congresso do Sinpeem. No grupo, opinaram sobre o Currículo da Cidade, destacando o seu caráter conservador em termos pedagógicos e avaliaram que a formação inicial de uma geração de professores, em faculdades de qualidade inferior, dá condições para que prosperem visões conservadoras de educação e currículo. Destacaram ainda a presença disseminada de formação cristã, principalmente evangélica, entre os estudantes das periferias onde o Estado é mais ausente, e que este é um fenômeno também presente em outros países. Apresentaram estes argumentos como forma de explicar o crescimento do conservadorismo político nas escolas.

Nessa ocasião, também oralmente, uma das professoras participantes falou sobre o que seria uma estratégia criada por ela há um tempo, que é a de “costurar” muito bem o que se fala para não ser questionada. Como exemplo citou que, mesmo sendo contraditório, utiliza o Currículo da Cidade para se amparar legalmente e dentro dele explorar os temas que ela acha importantes. Se no Currículo os temas de gênero estão presentes, mesmo de forma mais tímida, ela teria respaldo para explorar mais profundamente em suas aulas). Por isso, ela entende que o Currículo não amarra tanto a atuação dela e dos professores em sala de aula e pode ser um recurso para amparar os professores ao debater temas tidos como polêmicos.

Outra professora opinou na ocasião que isso ocorreria por haver muita influência externa à escola por parte de igrejas fundamentalistas e também de “youtubers” da extrema direita, do MBL, etc. Segundo ela, tudo isso chegaria nas escolas, mas ainda assim trata-se de uma minoria de alunos e familiares. Apesar de reconhecer a existência desse movimento conservador no geral e seus reflexos na educação, citando alguns movimentos e parlamentares

de destaque nesse campo, ela disse não acreditar que teriam força para aprovar um projeto de lei com tais conteúdos, pelo menos não naquele momento, na cidade de São Paulo, o que denotaria que não são maioria. Acredita que também na categoria de professores esse tipo de postura pró-censura é amplamente rejeitada e que os professores em sua grande maioria não gostam dessas propostas e da situação gerada por tais movimentos.

Sobre esse tema, um diretor que enviou uma contribuição por email, ao considerar o impacto na gestão educacional do município relatou:

Não há nada oficial de perseguição, mas é um momento sem diálogo, de cima para baixo desde a SME. Mas há um sentimento de recuo. Não há o ouvir. A gestão na SME tem sido por Instruções Normativas que, muitas vezes, distorcem as leis. Na atual gestão, as reuniões são administrativas, não políticas-formativas. Há um receio de promover debates sobre temas polêmicos, as pessoas não debatem em coletivo. As crianças estão percebendo isso. A educação assim contribui para o medo e o controle social (...). Os diretores da rede estão cansados e sem esperanças. A menor parte é conservadora, mas esta se fortalece. Há indiferença. Há comunicação social manipulada. Os pais desta comunidade são alienados em relação a isso, a comunidade aqui é bem mista, há a visão conservadora “tradicional” de educação. Não há cultura do “papo pedagógico” com família e escola. Há cinco anos os Conselhos Participativos acabaram, a participação é por *fake news*. (D01).

Uma supervisora de ensino entrevistada na pesquisa também demarca as eleições presidenciais de 2018 como um ponto de inflexão na rede pública municipal. Segundo ela, durante o processo eleitoral teve que intervir em situações de conflitos políticos no interior da escola, entre docentes e entres estes e comunidade. Segundo sua percepção, passado o período eleitoral a situação de tensão foi amenizada, no entanto, nunca mais se retomaria um clima de confiança nas respectivas comunidades, pois estava claro “quem era de um lado e quem era do outro” (S01). A partir disso, os professores passariam a tomar cuidados com as declarações nos momentos coletivos na escola. Segundo suas palavras, era como se todos “pisassem em ovos” e por muitos meses após as eleições houve a tentativa de não se discutir nada que parecesse política nas escolas.

Por outro lado, percebe-se certa contradição em alguns relatos. No caso da supervisora, essa também reconhece que, apesar do clima de desconfiança e dos atos de perseguição, cresceu o interesse sobre questões políticas e de cidadania nas escolas, antes restrito à ação dos movimentos sociais e sindicais. Relata o caso de uma reclamação de familiares contra uma escola municipal que estava trabalhando um projeto sobre eleições, no qual ela verificou que o tema havia sido decidido pela escola em diálogo com os próprios estudantes, que anseavam promover os debates políticos, portanto, não havia nenhuma

irregularidade a ser anotada.

Análise e Conclusões

A partir do referencial adotado neste trabalho, constatamos que a escola tornou-se um espaço privilegiado de lutas entre concepções distintas de sociedade, política e educação, com destaque para a crescente presença de ideias conservadoras e de ações perpetradas por movimentos reacionários que buscam afirmar sua própria concepção de direito e de políticas educacionais, baseada nas ideias de neutralidade do professor, ideologia de gênero e precedência da família em matéria de educação.

Nesse contexto, às já tradicionais exclusões e desigualdades escolares, fruto de um sistema educacional segregado e subfinanciado, somam-se agendas de rehierarquização das relações de gênero, raça e geração nas escolas, entendidas como reações neoconservadoras aos avanços em matéria de direitos da criança e do adolescente, legislação antirracista e antidiscriminatória e direitos sexuais e reprodutivos.

Ideias conservadoras contemporâneas, disseminadas por grupos como o Escola sem Partido e movimentos antigênero, geraram debates entre professores e comunidades escolares, ora promovendo ações de reafirmação de direitos e de resistência pedagógica em defesa das liberdades na educação; ora influenciando negativamente o cotidiano das escolas e levando à disseminação de práticas de censura, perseguição, assédio e autocensura. Tais efeitos são reforçados pela vertente de controle sobre o trabalho docente que resulta da padronização curricular e das avaliações externas impulsionadas, há duas décadas, pelo gerencialismo na educação pública. Ou seja, mesmo que não reflitam o projeto educacional da maioria, tais ideias conservadoras podem acentuar a predisposição ao controle e à limitação das liberdades na educação, o que ressalta a necessidade de pesquisas sobre os impactos do fenômeno nas escolas (ALGEBAILLE, 2017).

De acordo com a nossa pesquisa notou-se que as atuais ideias conservadoras, enquanto discurso e propostas, têm servido como instrumento para justificar práticas de censura e críticas ao trabalho dos professores, retroalimentando esses setores na promoção de suas próprias ideias mediante a ocupação dos espaços escolares. Isso resulta na censura e na prática de questionamento de conteúdos e abordagens que não estejam alinhados com as perspectivas desses setores.

A complexidade da situação não se limita à dicotomia entre aqueles que

experimentaram diretamente constrangimentos, censura e autocensura e aqueles que expressamente dizem adotar resistências individuais e coletivas. Conforme evidenciado nos relatos para a pesquisa, mas também na observação das recusas à participação, identifica-se um contingente de profissionais do magistério que diante do cenário conflitivo ressalta uma postura política e pedagógica de aparente indiferença ou apatia, o que tem como potencial efeito prático desmobilizar o potencial crítico e transformador das escolas.

Por outro lado, o clima de perseguição a determinadas temáticas e abordagens tem como resposta, por parte de segmentos do magistério, a ideia de que é necessário reforçar o tratamento de tais temas e mobilizá-los como resistência ao reacionarismo. Essa resistência se manifestou de diversas maneiras, incluindo a reiteração da abordagem desses conteúdos nas aulas, a organização coletiva de setores da educação na elaboração de cartas de repúdio às investidas conservadoras, a busca de apoio junto a sindicatos e parlamentares, a expressão aberta sobre os questionamentos em diversos espaços e a resposta às famílias e aos estudantes que levantaram questionamentos.

Detectamos que os principais canais de questionamento por familiares e estudantes são as DRE e as direções escolares e que as reclamações chegam aos professores pela via de supervisores e diretores escolares. Seguindo essa mediação hierárquica, abre-se a possibilidade da administração pública construir uma política de proteção aos professores, fato, no entanto, não verificado. Destacam-se positivamente os relatos sobre situações de tratamento político-pedagógico adequado das questões nos casos em que as estruturas de supervisão e de direção se colocaram em favor da liberdade acadêmica dos educadores e da autonomia relativa das instituições escolares. No entanto, a ausência de orientações formais sobre como proceder ante às tentativas de censura também parece abrir margem para que situações de questionamento indevido das famílias e dos estudantes sejam replicadas pelas instituições, evoluindo para situações de perseguição e potencial assédio institucional.

Uma das principais estratégias de resistência tem sido o apoio nas legislações vigentes na área da educação, desde o direito à educação na Constituição Federal até o Currículo da Cidade, a Base Nacional Curricular Comum e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Mesmo reconhecendo e em certa medida reproduzindo a crítica aos documentos de padronização curricular, os professores costumam tomar seus enunciados de direitos e de conteúdos antidiscriminatórios como escudo contra as críticas, no sentido de afirmar que os conteúdos ministrados decorrem de obrigações legais. Portanto, ao

mesmo tempo em que se critica as políticas de controle educacional, reconhece-se que essas diretrizes desempenham um papel fundamental na proteção contra a censura nas escolas. Esse é um elemento importante para se pensar a construção de políticas educacionais no contexto de reação conservadora na educação.

Os relatos e a observação indicam haver mais tensão e receio, no entanto, frente à possibilidade da perseguição partir dos próprios professores, sem mediações institucionais, o que parece ter se acentuado após o processo eleitoral de 2018. Também se destacam nos relatos, neste contexto, as muitas situações em que os professores assumem evitar o tratamento de assuntos ou a adoção de abordagens pedagógicas que enriqueceriam a experiência escolar, por receio de serem expostos publicamente e perseguidos.

Nesse contexto, indivíduos que defendem a manutenção dos padrões sociais estabelecidos, como heteronormatividade, eurocentrismo, branquitude e elitismo, representam elementos críticos aos avanços normativos e curriculares. Esses críticos incluem responsáveis legais dos estudantes e os próprios estudantes, mas também profissionais da educação que se opõem abertamente às legislações, engajando-se em movimentos que almejam a aprovação de novas leis de censura e antigênero na educação.

Nesse âmbito, a própria SME enfrenta pressões advindas do sistema político, dependendo da gestão municipal e da Câmara Municipal, transformando seus atos em um campo de disputas político-pedagógicas. Constatou-se, por exemplo, casos em que materiais pedagógicos produzidos por professores com o incentivo oficial da SME foram posteriormente desautorizados, após sofrerem ataques de movimentos conservadores e de seus representantes no parlamento. Apesar disso, a SME possui e manteve vigentes durante o período as diretrizes que fomentam a discussão de temas como gênero, sexualidade, povos originários, racismo e história e cultura africana e afro-brasileira, que estão refletidas no documento Currículo da Cidade e em cursos de formação para os profissionais da educação. Sobretudo o Currículo da Cidade é comumente referido na defesa de profissionais do magistério atacados e perseguidos.

A pesquisa também indicou que as situações de constrangimento também ocorrem em outras instituições de ensino do território, vinculadas à rede estadual ou escolas privadas. Tal dado é relevante porque a socialização dos profissionais da educação não está restrita apenas às instituições públicas municipais. A exposição a questionamentos constantes e a visibilidade alcançada por casos de perseguição, mesmo que fora da rede municipal ou mesmo do

território municipal, também pode resultar em autocensura na rede pesquisada, evidenciando o medo que se instala entre os educadores. Por outro lado, constata-se como uma evidência o fato dos profissionais estarem menos protegidos nas escolas particulares, onde a restrição à liberdade de cátedra parece não sofrer nenhuma mediação ou limitação uma vez que nelas se impõem o poder econômico das famílias. Tal fato reforça entre a categoria do magistério a percepção sobre a importância de concursos públicos e estabilidade no emprego como fortalecimento da educação democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade.

Percebemos que os constrangimentos, censuras e restrições no trabalho educacional não prevalecem na maioria das escolas, nem contam com amplo apoio dos profissionais do município ou da SME. Apesar disso, a repetição de casos, mesmo quando rechaçados, tem um efeito cumulativo de silenciamento das minorias, gerando traumas pessoais e profissionais para aqueles que são questionados. Isso contribui para um clima obscurantista nas escolas e transforma temas curriculares e práticas pedagógicas corriqueiros em atos de resistência aos quais nem todos estão dispostos, permitindo assim o avanço do conservadorismo de um lado e da visão tecnocrática de educação de outro, já que limita a autonomia dos professores.

Em suma, a pesquisa evidencia a escola como um campo de batalha ideológica na sociedade capitalista, onde a educação não apenas forma mão de obra, mas também perpetua desigualdades e reflete lutas políticas entre classes e segmentos da sociedade. As ideias conservadoras contemporâneas provocam não apenas debates nas escolas mas práticas de censura e de autocensura que influenciam decisivamente o cotidiano.

A resistência dos profissionais da educação, apoiada em legislações e diretrizes, emerge como uma estratégia fundamental para proteger valores democráticos. O registro do fenômeno entre o magistério público municipal paulistano permite abrir novos campos de investigação e compreender que ações de políticas públicas podem reforçar a liberdade docente e a autonomia escolar em um contexto marcado por deliberados ataques conservadores sobre a educação pública. O estudo deixa pistas significativas sobre o potencial de resistência do magistério público em um momento histórico de graves retrocessos. Nas vozes escutadas ecoam fortemente tanto as ideias de censura e autocensura como a palavra resistência.

Referências

ALGEBAIL, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. FRIGOTTO,

- G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 63-74, 2017.
- BIROLI, F., & CAMINOTTI, M. The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender*, v. 16(1), 2020.
- BIROLI, F., VAGGIONE, J. M., MACHADO, M. D. D. C. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Boitempo Editorial, 2020.
- BROWN, W. *In the ruins of neoliberalism*. Columbia University Press, 2019.
- CARREIRA, D. ; LOPES, B. *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022
- COOK, P., & HEILMANN, C. Censorship and Two Types of Self-Censorship. *Political Studies*, 2012.
- CORRÊA, S.; PRADO, M. A. Ideologia antigênero nas políticas educacionais brasileiras: estatização e transnacionalidade. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022, pp. 45 – 52.
- CORRÊA, S.; XIMENES, S. B. (2022). Laicidad y secularidad en Brasil: erosión gradual y límites de las normas jurídicas. In: CONTRERAS, M. X. D.; GONZÁLEZ, N. C. (org.). *Estrategias de resistencia para defender y reflexionar sobre la laicidad en América Latina*. Bogotá: Dejusticia, 74-109. Disponível em <<https://www.dejusticia.org/publication/estrategias-de-resistencia-para-defender-yreflexionar-sobre-la-laicidad-en-america-latina/>>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- CORRÊA, S. (edit.). *Políticas antigênero na América Latina: resumos dos estudos de casos nacionais*. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.
- CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 2018.
- CORRÊA, S., PATERNOTTE, D., & KUHAR, R. The globalisation of anti-gender campaigns. *International Politics and Society*, v. 31, 2018.
- CUNHA, L.A. *O projeto reacionário de educação*. 2016. Disponível em: <<http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1-EduReacionaria.pdf>>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- CUNHA, L.A. *Retrocesso na Laicidade do Estado no Quadriênio Bolsonaro (2019-2022)*, 2023. [Mimeo]. Disponível em: <http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/independente/1675180498_069651_quadrinio.pdf>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- DORA, D. & VARELLA, L. Padrões internacionais e regionais de direitos humanos sobre liberdade de expressão e liberdade de cátedra e sua importância para o exercício democrático. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022, pp. 91 – 98.
- FELDFEBER, M. La restauración conservadora en Argentina: políticas educativas y cambio cultural durante el gobierno de Macri (2015-2019). *Revista Temas em Educação*, 29(3), 2020.
- FRAGO, A. V. El desmantelamiento del derecho a la educación: discursos y estrategias neoconservadoras. *AREAS. Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. 31, 2012, 97-107.
- FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas Uerj, 2018. p. 1-20.
- GLUZ, N., RODRIGUES, C., ELÍAS, R. *La retracción del derecho a la educación en el marco de las restauraciones conservadoras: una mirada nuestroamericana*. CLACSO, 2021.

- HAYES, A. F. Exploring the Forms of Self-Censorship: On the Spiral of Silence and the Use of Opinion Expression Avoidance Strategies. *Journal of Communication*, 2007.
- JUNQUEIRA, R. (2022). A invenção da ideologia de gênero. Brasília: Letras Livres.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32, 2017, pp. 725-748.
- MOURA, F. P. “Escola sem Partido”: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei nº 01-222, de 11 de abril de 2017. Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o “Programa Escola sem Partido”. São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, D. A. Regressão conservadora e ameaças às políticas públicas em educação na América Latina. *Revista Temas em Educação*, 29(3), 2020.
- PENNA, Fernando de Araujo. A tentativa reacionária de censura nos currículos escolares: compreendendo a subversão mútua entre as lógicas de socialização e subjetivação. *Psicologia Política*, [S.L.], v. 18, n. 43, p. 557-572, set. 2018.
- SARTORI, B. S. *Onda Conservadora na Educação Pública: (auto)censura e resistência entre os profissionais do magistério do Município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo – SP, 2021, 176 f. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11264600>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- UOL NOTÍCIAS. Após notificação de vereador, escola de SP faz debate para discutir gênero, 2016. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/11/22/apos-notificacao-de-vereador-escola-de-sp-faz-debate-para-discutir-genero.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de jun. 2024.
- XIMENES, S. B. *Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.
- XIMENES, S. B. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido”? In: AÇÃO EDUCATIVA (org.). *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 49-58.
- XIMENES, S. B.; SENA, F. V.; MOREIRA, M. A. Educadores/as sob ataque: direito à educação e inconstitucionalidades dos projetos de censura. In: CARREIRA, D.; LOPES, B. *Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação*. São Paulo: Ação Educativa, 2022, p. 72-90.
- ZAREMBERG, G., TABBUSH, C., FRIEDMAN, E. J. Feminism (s) and anti-gender backlash: lessons from Latin America. *International Feminist Journal of Politics*, v. 23(4), 2021, pp. 527-534.